

Modernização e Destruição Arquitetônica do Bairro da Campina, Belém do Pará

Modernización y Destrucción arquitectónica del Barrio de Campina, Belém do Pará

Modernization and Architectural Destruction of the Bairro da Campina, Belém do Pará

Samia Saady Morhy

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará, UFPA (2018).

E-mail: samiamorhy@gmail.com  orcid.org/0000-0002-1321-9752

José Júlio Ferreira Lima

Doutor pela Oxford Brookes University, Reino Unido (2000). Professor associado da Universidade Federal do Pará, UFPA.

E-mail: jjlimaufpa@gmail.com  orcid.org/0000-0001-5431-3529

RESUMO

Enquanto aspecto de modernidade, a inovação em detrimento da tradição está estabelecida em momentos de contraposição entre o “antigo” e o “moderno”. A qualidade de ser moderno, associada ao modernismo, suplanta o debate da inovação e tradição na medida em que há uma aceitação crescente do que venha a ser o modernismo em arquitetura e no urbanismo. As alterações do moderno estariam associadas às transformações que o tecido urbano está sujeito, em contínua mudança, de destruição e construção, de substituição de tipologias de edificação. A demolição de edificações para substituição por outras pode ser observada em diversos momentos da história brasileira. Sob esta perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar, a partir das transformações causadas pela sucessivas demolições e substituições a partir dos anos de 1960 de parte do casario eclético no bairro da Campina em Belém do Pará, como foram criadas as condições mais recentes para a degradação do remanescente. Para tal, relaciona a modernização, através da verticalização, da avenida Presidente Vargas com o atual processo de degradação arquitetônica no interior do Bairro da Campina, em Belém do Pará. A pesquisa de campo aponta a existência de demanda e oferta por imóveis degradados, cujo mercado tira proveito da sua má conservação, aventando que tais evidências podem ser incluídas nos debates preservacionistas.

Palavras-chave: modernização; verticalização; destruição arquitetônica; degradação arquitetônica; Bairro da Campina - Belém do Pará.

RESUMEN

Como aspecto de la modernidad, la innovación en detrimento de la tradición está establecida en momentos de contraste entre lo “antiguo” y lo “moderno”. La calidad de ser moderno, asociada al modernismo, suplanta el debate de la innovación y tradición a la vez que haya una aceptación creciente de lo que venga a ser el modernismo en arquitectura y en el urbanismo. Las alteraciones del moderno estarían asociadas con las transformaciones que el tejido urbano está sujeto, en cambio continuo de destrucción y construcción, de sustitución de tipologías de edificaciones. La demolición de edificaciones para sustitución por otras puede ser observada en diversos momentos de la historia brasileña. Bajo esta perspectiva, el objetivo de este artículo es analizar a partir de las transformaciones causadas por la demolición y sustitución a partir de los años de 1960 de parte de las casas eclécticas en el barrio da Campina en Belém do Pará, como fueran criadas las condiciones más recientes para la degradación do reminiscente. Para eso, relacionase la modernización, por medio de la verticalización, de la avenida Presidente Vargas con el actual proceso de degradación arquitectónica en el interior del barrio da Campina, en Belém do Pará. La investigación de campo apunta la existencia de demanda u oferta por inmuebles degradados, cuyo mercado aprovechase de su mala conservación, aventando que tales evidencias pueden ser incluidas en los debates preservacionistas.

Palabras clave: modernización; verticalización; destrucción arquitectónica; degradación arquitectónica; Barrio de la Campina - Belém do Pará.

ABSTRACT

As an aspect of modernity, innovation in detriment of tradition is established at a moment of contrast between the «old» and the «modern». The quality of being modern, associated with modernism, supplants the debate of innovation and tradition, since there is a growing acceptance of what modernism is in architecture and urbanism will become. The alterations of the modern would be associated with the transformations that the urban fabric is subject, in continuous change, of destruction and construction, of substitution of typologies of edification. The demolition of buildings for replacement by others can be observed at various moments in Brazilian history. From this perspective, the objective of this article is to analyze the transformations caused by the demolition and substitution of part of eclectic houses in the neighborhood of Campina in Belém, Pará, from the 1960s, as the most recent conditions for the degradation of remaining. To that end, relates modernization of Presidente Vargas Avenue with the current process of architectural degradation in the interior of the Campina neighborhood. Field research indicates the existence of demand and supply for degraded properties, whose market takes advantage of its poor conservation, suggesting that such evidence can be included in preservationist debates.

Keywords: modernization; verticalization; architectural destruction, architectural degradation; Neighborhood of Campina - Belém do Pará.

Introdução

A persistente tensão entre tradição e inovação é preexistente ao estabelecimento do que é aceito como surgimento do modernismo em fins do século XIX no Brasil. Enquanto aspecto de modernidade, a inovação em detrimento da tradição está estabelecida em momentos de contraposição entre o antigo e o moderno. O debate polariza o que deve ser, por um lado, a valorização da excelência do que já era consagrado pela tradição e, por outro, novos experimentos que não fossem afetados pela tradição e que poderiam fornecer novos “insights que transcedessem a tradição” (GOLD, 1997, p. 14) e levassem por meio da modernidade a melhoria da condição humana. Acoplados à disputa, surgem por diversas vias o que foi aceito como modernismo. A modernidade associada à qualidade de ser moderno, rapidamente datada em cada tempo, suplanta o debate da inovação e tradição na medida em que há uma aceitação crescente do que venha a ser o modernismo em arquitetura e no urbanismo. Embora este artigo não tenha como objetivo aprofundar conceitos, há relações, conforme sugere Waisman, entre aquilo que persiste e aquilo que é transformado pelo modernismo.

As alterações do moderno estariam associadas ao que é explicado por Waisman (2013, p. 65), sobre as transformações que o tecido urbano está sujeito, em contínua mudança, “de destruição e construção, de substituição de tipologias de edificação [...] e caracteriza-se, assim, por uma descontinuidade não só temporal, mas também espacial” (p. 65). A autora (idem) indica dificuldade em manter uma continuidade histórica nas cidades latinas, pois havia “o desprezo pelo passado e o entusiasmo pela modernidade, por tudo o que represente – geralmente, de modo superficial – o progresso”. A ideia de progresso, de acordo com Colquhoun (2004, p. 17), “inclui necessariamente a ideia da novidade”, logo explica a dificuldade ressaltada por Waisman (2013) em manter uma continuidade.

O questionamento de Harvey (2008, p. 21) acerca da efemeridade em confronto, não exatamente com inovação, mas antes com a mudança enquanto “condição de modernidade”, estaria ligada à mudança. Para o autor, as características de efemeridade e mudança evidenciadas na vida moderna estão presentes no rompimento com as condições históricas precedentes. Daí nasce a contesta-

ção de que a condição da modernidade na arquitetura poderia estar associada à destruição em função da substituição do preexistente em situações em que o lapso de tempo seja consideravelmente curto, efêmero. Colquhoun (2004, p. 17) explica que a principal questão do modernismo na arquitetura era que ele representava uma mudança entre o presente e o passado, em vez de ser uma continuação de uma relação existente.“

Com base nas teorias de Harvey e Waisman, este artigo busca compreender a ação transformadora da arquitetura moderna que levou a necessidade de destruição do precedente no Bairro da Campina, em Belém do Pará. O objetivo é analisar, com as transformações causadas pela demolição e substituição a partir dos anos de 1960 de parte do casario eclético no bairro da Campina, como foram criadas as condições mais recentes para a degradação do remanescente. A destruição de edificações para substituição por outras pode ser observada em diversos momentos da história brasileira. Sejam causadas por novas ordens políticas (elevação da condição do território brasileiro no reino português), seja como forma de melhoria urbana por razões diversas, com destaque para campanhas epidemiológicas ou pu-

ramente “embelezadoras” (VILLAÇA, 1999, p. 147).

Na propagação da disputa entre tradição e inovação, atenta-se para os aspectos que aparentemente estariam associados à melhoria propagada pelo modernismo, mas que, como parte de um processo socioeconômico maior, partiu-se para o reconhecimento de forças que, anos depois, competiram para um processo de destruição do que foi, assim como a tradição, e que se renova em patrimônio urbanístico: remanescentes do casario eclético agora tombado no Bairro da Campina. Para tal, relaciona a modernização, através da verticalização ocorrida na avenida 15 de Agosto (atual avenida Presidente Vargas) entre os anos de 1940 e 1960 com o atual processo de degradação arquitetônica que o interior do bairro apresenta.

A demolição do precedente no centro urbano de Belém do Pará iniciou-se com a substituição de edificações ecléticas da avenida 15 de Agosto por edifícios modernos, e, posteriormente, avançou para o interior do bairro da Campina com a construção de edifícios altos seguidos pela degradação arquitetônica das edificações comerciais e o avanço do comércio informal nas ruas. A demoli-

ção iniciada na avenida foi motivada por ideais políticos e privados em prol da modernização pela verticalização da via. Vidal (2016, p. 13) esclarece que “materializavam-se ideias e propostas que articulavam nos espaços da velha modernidade eclética, uma nova modernidade moderna.”

Para modernizar a via, além da demolição do seu precedente, era necessário abrigar as transformações no modo de vida das pessoas, ou seja, a modernidade deveria vir junto com a modernização. A modernização expressa na verticalização e a modernidade expressa na transformação cultural da população. Gorelik (1999, p. 59) explica que “[...] na América [...] a modernidade se impôs como parte de uma política deliberada para conduzir à modernização e nessa política a cidade foi o objeto privilegiado.”

As modificações nas formas de morar estariam, assim, associadas às sucessivas “ondas” de demolição de edificações ecléticas ao longo da avenida 15 de Agosto para a construção de edifícios modernos. A elite da época não morava em apartamentos, e sim, conforme esclarece Coelho (2007, p. 21), “nos sobrados ecléticos no interior do bair-

ro da Campina ou nos palacetes e bangalôs em outros bairros da cidade.” Incentivá-los e convencê-los a morar nos apartamentos dos novos edifícios modernos da avenida, indica que a modernidade, associada à mudança de moradia, contribuiu para a demolição de precedentes históricos.

Sugere-se que a modernização e a modernidade trouxeram consequências negativas para o interior do Bairro da Campina. A primeira está expressa pela “onda” da verticalização que começou na avenida 15 de Agosto e, posteriormente, invadiu o interior do bairro destruindo mais precedentes ecléticos. A segunda expressa-se através da mudança do local da moradia da elite econômica do interior para franja do bairro, na avenida 15 de Agosto, incentivados pela nova forma de morar e pelo sofisticado comércio desenvolvido na avenida e seu entorno, fazendo com que o comércio e as residências no interior do bairro iniciassem um processo de mudança no perfil socioeconômico do seu consumidor e morador com rendimentos inferiores, contribuindo, lentamente, com a degradação arquitetônica do bairro. Villaça (2001) enfatiza que, na origem do processo popularmente chamado de “decadência” ou “deterio-

ração” do centro, está no seu abandono por parte das camadas de alta renda e a sua tomada pelas camadas populares.

Ao abordar as modificações associadas à modernização através da verticalização no contexto de um bairro do Centro de Belém, este trabalho divide-se em três partes, além da introdução. A primeira parte aborda a verticalização e a modernização da avenida Presidente Vargas entre os anos de 1940 e 1960, quando as edificações ecléticas foram demolidas para dar lugar às novas edificações de arquitetura moderna. A segunda parte apresenta o atual processo de degradação arquitetônica no bairro da Campina e o aproveitamento econômico desta degradação. Nas considerações finais, busca-se articular as alterações arquitetônicas, mudanças de uso do solo e do mercado imobiliário que se aproveita do mal estado de conservação das edificações, apontando que, ao revelar processos tais como a instalação de depósitos de mercadorias do mercado informal e estacionamentos, associa a dinâmica econômica à ação de agentes sociais que atuam no bairro. Conclui que as análises conduzidas neste trabalho poderão auxiliar na elaboração de políticas públicas que vão além de medidas e ações de preservação edilícia.

Verticalização e Modernização da Avenida Presidente Vargas

Entre o final do século XIX até o início da década de 1940, o interior do bairro da Campina abrigava comércio sofisticado, serviços especializados e residências da classe média-alta de Belém nos sobrados e casario ecléticos de uso comercial, misto ou residencial. À época, a avenida 15 de Agosto, localizada na franja do bairro, já possuía praça, teatro, hotel, cafés, quiosques, cinema e clubes, também, de arquitetura eclética. A partir de 1940 inicia-se um processo de transformação na referida avenida, incentivado por políticas públicas da Era Vargas (1937-1945) que, conforme Chaves (2008b, p. 146) explica, “foi o eixo de expansão da construção de um novo modelo de arquitetura na cidade”: a modernização através da verticalização.

O regime do Estado Novo, instaurado em 1937 pelo Presidente Getúlio Vargas, defendia a modernização como ideário. Conforme explicam Chaves e Santos (2013, p. 3), “[...] o símbolo mais eficaz dessa modernidade que precisava ser empregado era o edifício em altura, novo conceito de moradia e ícone das ideologias divulgadas e disseminadas pelo “Estilo Internacional [...]” incen-

tivando a verticalização no Brasil. O processo de verticalização abrangia a moradia, os escritórios de serviços especializados e as instituições públicas. Na cidade do Rio de Janeiro, na mesma época da Era Vargas e do Estado Novo, durante a administração do Prefeito Henrique de Toledo Dodsworth (1937-1945) foram realizados planos de urbanização, entre eles, a abertura da avenida Presidente Vargas “com imposição nos edifícios de galerias para pedestres. A altura dos edifícios ficou limitada a 12 pavimentos, na área circundante à Igreja da Candelária, e 22 pavimentos, no restante da avenida” (CARDEMAN; CARDEMAN, 2016, p. 102). Na cidade de São Paulo, no mesmo período, foi elaborado o Plano das Avenidas, acompanhado de leis, decretos e atos, entre eles o Ato nº 663 (do Código Arthur Saboya) e o Decreto-Lei nº 92 de 1941. Conforme Okano (2007, p. 33), “com o Plano, as avenidas ficaram mais largas abrindo espaço para promoção imobiliária e o processo de verticalização. A média das alturas dos edifícios [...] era de 10,9 pavimentos, sendo os mais altos com mais de 20 pavimentos.”

Em Belém, segundo Chaves (2011), a gradativa construção dos primeiros arranha-céus concentrados na avenida

15 de Agosto dava um ar de metrópole inspirado no processo de verticalização norte-americano, que passou a ser “[...] uma vitrine das modernas tendências arquitetônicas” (CHAVES, 2008a, p. 5). No entanto, para construir esta vitrine, edifícios ecléticos como Casa Outeiro, o Café-Hotel da Paz, o Grande Hotel, a Rostisserie Suisse (Hotel Suíço) e o Booth Line (Figura 1) foram demolidos para a construção de edifícios modernistas ao longo da avenida. As informações sobre os edifícios ecléticos demolidos restringem-se apenas aos registros fotográficos, sendo desconhecidas as informações sobre o ano de construção e autoria dos projetos, com exceção do Edifício Booth Line que, de acordo com Chaves (2011, p. 54), foi construído em 1940 e de autoria do engenheiro Oswald Massler.

Lima (2015, p. 76) comenta que o início da verticalização na avenida “ocorreu por anseio ao progresso, e não pela necessidade de abrigar o adensamento do centro, haja vista que ainda existiam terrenos aptos a serem edificados na área.” A autora destaca que o “incentivo à verticalização [...] colaborou para a demolição de edificações relevantes [...]” (LIMA, 2015, p. 81).

Oliveira (1992) explica que em virtude do uso do elevador, as construções na avenida 15 de Agosto passam a ser de edifícios mais altos a partir dos anos de 1940. As novas edificações ainda mais verticalizadas representavam a modernidade, uma exigência para ser uma cidade moderna. Portanto, a avenida 15 de Agosto passa a se chamar avenida Presidente Vargas por simbolizar o ideal modernista da época. Chaves (2008a) destaca que o incentivo à verticalização foi regulamentado através da Lei 3.450 de 6 de Outubro de 1956, que determinou a altura mínima de doze pavimentos para os novos edifícios da avenida Presidente Vargas e, para as ruas do entorno, altura mínima de dez pavimentos.

Chaves (2008b, p. 146) esclarece que “no entorno desta avenida se instituiu uma nova política de ocupação urbana e buscou-se instaurar um “Novo Centro, econômico, político e administrativo,” além de prédios residenciais, consulados, bares, restaurantes, lojas comerciais sofisticadas. Entre os anos de 1940 e 1960 foram construídos na avenida Presidente Vargas quatorze edifícios de 5 a 25 pavimentos, entre os quais, nove contemplavam o uso residencial (CHAVES, 2011). Morar em apartamento estava associado à cultura da modernidade. Chaves e Santos (2013, p. 14) observam que os edifícios construídos ao longo da avenida “contribuíram para sua progressiva transformação, a mudança do modo de

Figura 1 - Prédios ecléticos demolidos na avenida 15 de Agosto (atual avenida Presidente Vargas): (A) Casa Oteiro, (B) Café-Hotel da Paz, (C) Grande Hotel, (D) Rostisserie Suisse (Hotel Suíço) e (E) Booth Line. Fontes: A, B, C, D (PARÁ, 1998) e E (Acervo: FAUUFPA).



morar da população e a criação do status de cidade moderna.”

A modernização planejada para a avenida Presidente Vargas se consolidou durante a década de 1960, conforme destaca Oliveira (1992), com a construção de três edifícios de 16 andares: o Hotel Excelsior Grão Pará, construído em 1958, de autoria do engenheiro Judah Levy; o Edifício da Caixa Econômica Federal, construído em 1967, de autoria dos engenheiros Judah Levy e Luis Guilherme Chaves; e do Edifício da Assembleia Paraense, construído em 1968, de autoria de Laurindo Amorim (Figura 2)¹.

Penteado (1968, p. 256) enfatiza a vitalização do novo centro ao compará-lo com o antigo centro ao comentar que no final da década de 1960, ao longo da avenida Presidente Vargas e no entorno deste eixo viário, “localizavam-se as atividades terciárias voltadas para as camadas de maior renda” como cinemas, bancos, agência central de correios e telégrafos, lojas sofisticadas, prédios de escritórios e consultórios mais modernos.

A transformação da avenida Presidente Vargas como o novo centro comercial



Figura 2 - Assembleia Paraense.
Fotos: Samia Morhy, 2018.

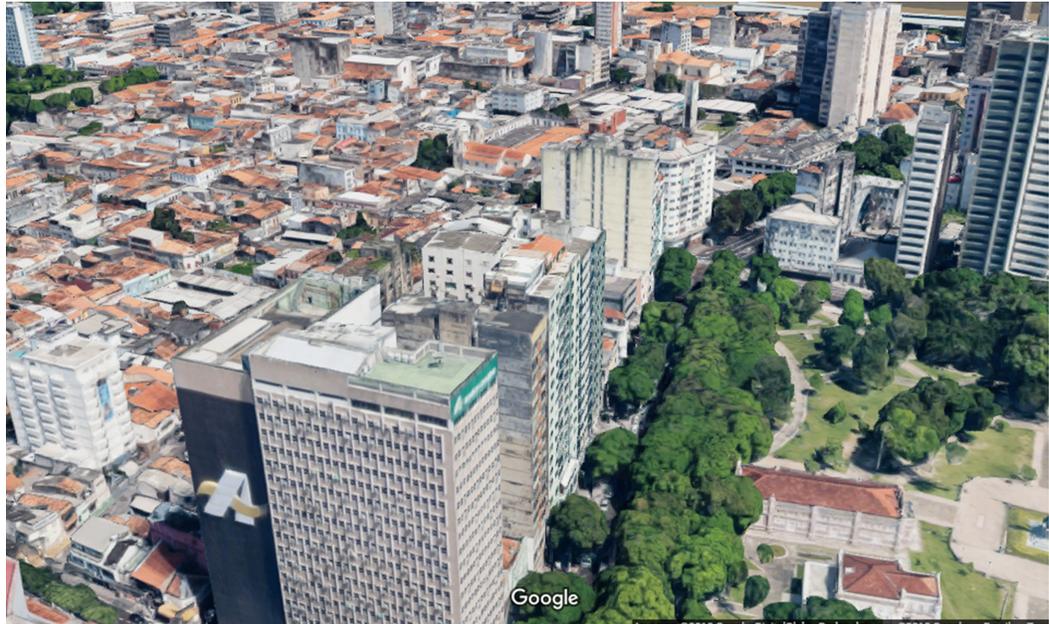
de Belém ocorreu em detrimento da demolição de precedentes históricos localizados na avenida e no interior do bairro, assim como, na rejeição pelo antigo centro comercial. Este, localizado no interior do bairro, onde prevalecia – e ainda prevalecem – sobrados e casario ecléticos que foram, aos poucos, sendo renegados, tanto pela elite consumidora, bem como sob o ponto de vista da preservação. Desse modo, o Novo Centro e o Antigo Centro configuraram-se separados por uma cortina de prédios que escondia o interior do bairro, mal conservado pela falta de preservação e interesse pela arquitetura eclética bele-nense (Figura 3).

Waisman (2013, p. 33) explica que a “demolição da década de 1960 em relação

1 Autoria e data da construção dos edifícios obtidos em Chaves (2011, p. 53-56).

Figura 3 - Vista área da avenida Presidente Vargas, Bairro da Campina, Belém do Pará.

Fonte: Google Maps, 2018.



aos ideais da arquitetura moderna, exigiu a atenção permanente para o desenvolvimento de ideias e o aparecimento de novas propostas,” que podem ser entendidas através das leis de preservação e tombamento do Bairro da Campina como Centro Histórico de Belém (CHB), em 1994, que determinavam, entre outros regulamentos, limitar o gabarito das edificações construídas no bairro.

Degradação do bairro da Campina: o revés da modernização

Paralelamente à verticalização na avenida Presidente Vargas, Penteadó (1968) destaca que na década de 1960 o interior do bairro da Campina vivenciava um aumento da atividade comercial e

uma redução do uso habitacional, que é explicada por Chaves (2008a, 2008b) pelos deslocamentos das moradias das camadas populacionais de alta renda para fora do centro urbano, incentivados pela expansão do setor imobiliário e pela modernização das novas formas de morar.

As novas formas de morar da população de alta renda resultaram: (i) na saída dos moradores mais abastados dos sobrados e casario ecléticos do CHB, construídos até o início do século XX; (ii) na mudança de uso do solo de alguns destes imóveis; e, (iii) na mudança do perfil dos novos moradores de nível socioeconômico inferior.

As consequências das novas formas de morar, que transformaram o bairro da

Campina, foram observadas pelo início do processo de degradação física e pelas mudanças de uso do solo. Lacerda (2015) explica que o processo de degradação arquitetônica do CHB intensifica-se, ainda mais, a partir da década de 1970, quando as atividades terciárias voltadas para as classes de maior renda migraram para outras áreas, acompanhando as moradias da população de classe alta.

Com a mudança do consumidor de alta renda para outras áreas da cidade, o comércio do bairro da Campina passou a se especializar em um novo perfil de consumidor – o de renda baixa – atraído pelo comércio popular de produtos mais baratos e em grande medida contrabandeados e vendidos em barracas no leito das ruas ou por ambulantes. Para este perfil de consumidor, o que mais importa é o preço baixo e a variedade das mercadorias e não a aparência ou as características arquitetônicas e das instalações físicas das lojas.

Em função dos próprios custos elevados de conservação de prédios antigos, dentre outros motivos, os comerciantes locais deixaram de investir na aparência e na conservação dos imóveis nas quais ficam suas lojas, resultando num de-

clínio do conjunto edificado que compõe o bairro. A partir da década de 1980, a moderna avenida Presidente Vargas, como “linha divisória” entre o Novo Centro e o Centro Antigo, desapareceu, restando apenas a “cortina” de edifícios como marco de uma época em que a modernização pela verticalização era o ideal de progresso. Os edifícios modernos, construídos entre os anos de 1940 e 1960, atualmente, não apresentam o glamour de outrora.

Chaves e Miranda (2016, p. 19) elencam “o que sobreviveu de um período pouco conhecido” ao observarem o estado de conservação e a mudança de uso dos modernos edifícios na atualidade: (i) o Edifício Bern, construído em 1940, sem registro de autoria, com quatro pavimentos para uso comercial e residencial, encontra-se abandonado; (ii) o Edifício Dias Paes, inaugurado em 1945 com sete pavimentos, projetado pelo Engenheiro Antônio Braga para uso comercial e residencial, é sede do Banco do Estado do Pará; (iii) o Edifício dos Comerciantes, construído em 1949, com nove pavimentos de uso misto, projetado pelo engenheiro Hildegard Fortunato, continua com os mesmos usos, porém “sua fachada apresenta pichações, além de se ver muito pouco de suas esquadrias



Figura 4 - Edifícios (A) Bern; (B) Dias Paes, (C) Comerciais; (D) IAPI (atual INANPS).
Fotos: Samia Morhy, 2018.

originais e sua fachada estar tomada por caixas de aparelhos de ar-condicionado” (CHAVES, MIRANDA, 2016, p. 19); (iv) o Edifício do IAPI atualmente, Edifício INANPS, projetado pelo engenheiro Agenor P. de Carvalho, inaugurado em 1958, com treze pavimentos, “apresenta várias esquadrias danificadas, além de estar desgastado pelo tempo, indicando a falta de cuidados e exibin-

do pichações” (CHAVES; MIRANDA, 2016, p. 16)² (Figura 4).

Atualmente, conforme pesquisa de campo, observa-se mudança de uso nos edifícios Central Hotel (construído em 1939, de autoria do engenheiro Salvador Souza) e o Café Brasil (sem registro de data de construção e autoria), ambos com quatro pavimentos, um vizinho do outro, lembrados em uma loja do grupo C&A. O Hotel Avenida, construído em 1939 de autoria do engenheiro Salvador Souza – atualmente Novo Avenida Hotel – com quatro pavimentos, mantém o mesmo uso nos pavimentos superiores, no entanto, seu térreo passou a ser de uso comercial.

Os edifícios Importadora de Ferragens, construído em 1954 pelo engenheiro Laurindo Amorim, e Palácio dos Rádios, construído em 1956 de autoria do engenheiro Judah Levy, ambos de uso misto, mantêm os usos, porém constata-se mudança no perfil socioeconômico, de rendimentos menores, de seus moradores e usuários. Assim como os edifícios residenciais Piedade (construído em 1949, de autoria do engenheiro Judah Levy), Renascença (em 1952, de Judah Levy) e Manoel Pinto da Silva

2 Autoria e data da construção dos edifícios obtidos em Chaves (2011, p. 53-56).

(construído entre 1950-1960, de autoria do engenheiro Feliciano Seixas) (Figura 5).

Os edifícios atuais da avenida Presidente Vargas apresentam falta de conservação, mudanças de uso e do perfil socioeconômico dos moradores e usuários. O avançado processo de degradação arquitetônica no interior do bairro também é percebido. Em 2000, conforme dados do Cadastro Técnico Multifunlitário (BELÉM, 2000) existiam quinze ruínas no bairro. Atualmente, conforme pesquisa de campo, somam 41. Considerando que o bairro da Campina possui 2.096 lotes (BELÉM, 2000), tais números mostram que 0,71% do universo

eram ruínas em 2000 e, após dezessete anos, o percentual mais que dobrou, passou para 1,96% de edificações, mesmo com as leis preservacionistas regulamentadas a partir de 1990.

Para compreender o processo de degradação arquitetônica que o bairro apresenta, uma pesquisa de campo foi realizada ao longo de 2017. A Figura 6 apresenta os dados espacializados da área de estudo.

Através da pesquisa de campo foi possível classificar, mapear e registrar em fotografias um conjunto de 154 imóveis degradados, compreendendo edificações: a) em ruína, b) em arruinamento, e

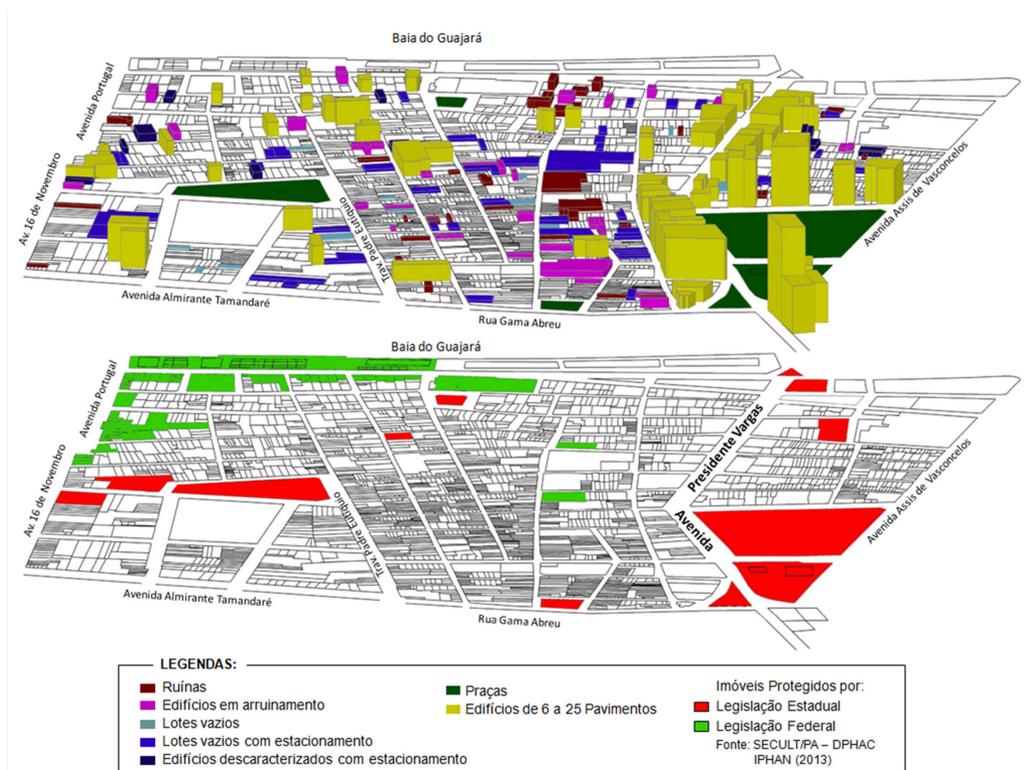


Figura 5 - Edifícios: (A) Importadora de Ferragens, (B) Palácio dos Rádios, (C) Piedade, (D) Renascença, (E) Manoel Pinto da Silva. Fotos: Samia Morhy. 2018.

Figura 6 - Mapa superior representa o conjunto de 154 imóveis compreendendo edificações:

a) em ruína, b) em arruainamento, e ainda, c) os lotes vazios e, d) edificações descaracterizadas para o uso de estacionamentos, além das edificações verticais. Mapa inferior contendo imóveis protegidos no Bairro da Campina.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2017 e SECULT/PA – DPHAC IPHAN, 2013



ainda, c) os lotes vazios e, d) edificações descaracterizadas para o uso de estacionamento público.

Considera-se em ruínas a edificação com avançado processo de degradação arquitetônica, extremamente precária, onde só resta a “casca” do edifício ou os seus destroços, sem telhado e, muitas vezes, com vegetação dominando seu lote.

Em arruainamento são consideradas as edificações que também apresentam avançado processo de degradação arquitetônica, no entanto, ainda possuem a estrutura do telhado, completa ou par-

cial, para sua proteção. Em alguns casos, estas edificações estão com as aberturas lacradas com alvenaria, possivelmente para evitar invasões, e muitas apresentam vegetação em suas fachadas.

Durante a pesquisa de campo foi observada a ocorrência de lotes vazios. Apesar de não existirem vestígios arquitetônicos para este tipo de situação, entende-se que estes espaços representam o maior grau da degradação possível, pois, é provável que em algum momento existiu uma edificação no lote e que a mesma foi demolida, resultando em uma perda arquitetônica definitiva para

a paisagem do sítio histórico. Ressalta-se o predomínio do uso de estacionamento neste tipo de espaço.

Merecem destaque as edificações que estão descaracterizadas – transformadas ou adequadas – para o uso de estacionamento público, cuja atividade econômica, além de ser incompatível com a edificação, pode acelerar o seu processo de degradação arquitetônica (Figura 7).

Entre os 2.096 imóveis localizados no bairro da Campina (BELÉM, 2000), esta pesquisa identificou 154 imóveis com degradação arquitetônica de acordo com a classificação discutida acima. O Quadro 1 detalha a quantidade dos 154 imóveis com degradação arquitetônica e sua representatividade, em termos percentuais, no universo do bairro.

O Quadro 2 apresenta, entre os 154 imóveis com degradação arquitetônica, aqueles que estão com uso e sem uso, bem como, aqueles ocupados como estacionamento para veículos.

Segundo o IPHAN (2017), 1.404 imóveis (67% do total) são considerados em bom estado de conservação, 257 imóveis (12,3%) como precário, 35 imóveis (17%) em arruinamento e



apenas um imóvel em ruína. Já em relação ao uso do solo, estão distribuídos, conforme Belém (2000), 658 lotes (31,4 %) de uso comercial, 214 lotes (10,2 %) de uso de serviço, 251 lotes (12 %) de uso misto, 849 lotes (40,5%) de uso residencial e 124 (5,92 %) de outros usos, tais como, institucionais, religiosos, em construção, etc.

Os usos de solo mais encontrados nas edificações com degradação arquitetônica são: (i) de estacionamento para veículos e (ii) depósito para equipamentos e mercadoria de ambulantes (Quadro 3), ressaltando que catorze estacionamentos para veículos também combinam o uso com depósito para atender aos ambulantes.

Figura 7 - Edificações descaracterizadas para o uso de estacionamento público.
(A) rua 28 de Setembro, 291.
(B) rua 15 de Novembro, 314.
Fotos: Samia Morhy, 2017

Degradação Arquitetônica	Quantidade	% do Universo do bairro*
Total de imóveis no bairro da Campina	2.096*	100%
Total de imóveis degradados pesquisados	154	7,35%
Imóveis em ruínas	41	1,96%
Imóveis em Arruinamento	39	1,86%
Lotes Vazios	62	2,96%
Imóveis descaracterizados/adequados para estacionamento público	12	0,57%

Quadro 1 - Distribuição dos 154 imóveis em estado de degradação arquitetônica no bairro da Campina. Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2017.

Uso do solo	Quantidade de imóveis	% do Universo das edificações com degradação arquitetônica	% do Universo do bairro*
Total de imóveis no bairro da Campina	2.096*	-	7,35%
Total de imóveis degradados pesquisados	154	100%	-
Imóveis com uso	23	14,93%	1,10%
Imóveis com uso de estacionamento para veículos	72	46,75%	3,43%
Imóveis sem uso	59	38,32%	2,81%

Quadro 2 - Distribuição dos usos do solo dos 154 imóveis em estado de degradação arquitetônica no Bairro da Campina.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2017.

Uso do Solo	Ruína	Em Arruinamento	Vazio Urbano	Descaracterizada com uso de estacionamento	Total
Estacionamentos para veículos	11	0	49	12	72
Estacionamentos para Carrinhos/Mercadorias dos Ambulantes	4	3	8	2	17
Comércio	0	5	1	0	6
Serviço	0	4	1	0	5
Residência	0	3	0	0	3
Novas Construções	3	0	0	0	3
Sem uso	24	24	11	0	59

Quadro 3 - Distribuição dos usos do solo dos imóveis segundo degradação arquitetônica no bairro da Campina.

Fotos: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2017.

Observa-se que algumas edificações em avançado processo de degradação arquitetônica não estão ociosas. O uso de estacionamento para veículos é o que mais prevalece nos imóveis degradados, cuja causa entende-se estar relacionada ao processo de verticalização da avenida Presidente Vargas. A modernização através da verticalização veio acompanhada do uso do automóvel, ambos disseminados como símbolos do poder e do status social. Duarte (2006, p. 65) sugere que os automóveis são hóspedes recentes na história das cidades, pois “sua introdução no meio urbano só ocorre efetivamente a partir das primeiras décadas do século XX.”

Como os edifícios modernistas construídos na avenida, em sua maioria, não disponibilizavam vagas de garagem, a via pública passou a ser a única opção de estacionamento, tanto que conforme Cavalcanti, já em 1947, a Prefeitura de Belém apontava a necessidade de estacionamentos no centro da cidade (CAVALCANTI, 1947 apud CHAVES, 2011), uma vez que as vagas nas margens das vias não eram mais suficientes para a demanda.

A necessidade por vagas de estacionamento em decorrência da concentração

Quadro 3 - Distribuição dos usos do solo dos imóveis segundo degradação arquitetônica no bairro da Campina.

Fotos: Elaboração própria a partir de pesquisa de campo, 2017.

de edifícios fez com que, já a partir da década de 1950, começassem a existir estacionamentos no bairro da Campina, nas proximidades da avenida Presidente Vargas, os quais foram resultados de demolições de imóveis ecléticos, fato identificado pelos autores em recente pesquisa de campo. O bairro, em 2000, já possuía 43 estacionamentos (2,02% do universo de 2.096 lotes), conforme Belém (2000), onde no passado havia edificações. Duarte (2006, p. 45) explica que a “circulação motorizada é um vetor de produção e de estruturação do espaço urbano,” no entanto, para este caso, a produção do espaço urbano seria a produção de lotes vazios.

Além do uso de estacionamento para veículos, os imóveis em estado de degradação arquitetônica também estão sendo usados como abrigo para carrinhos de ambulantes e depósito para as suas mercadorias. A demanda por estacionamentos faz com que proprietários de imóveis descaracterizem suas edificações para adequá-las a esse tipo de uso a fim de auferir renda, assim como existem estacionamentos administrados pelos proprietários, ou alugados a terceiros, gerando renda fundiária. Esse processo, ao final, dinamiza um tipo de economia

que se aproveita da má conservação do imóvel e da demanda para seu uso.

Considerações Finais

O presente artigo, apesar de estar associado a uma pesquisa que busca fazer reflexões sobre a inserção da modernização em Belém, faz referência à demolição do casario eclético do bairro da Campina ao mesmo tempo em que se atenta aos processos contemporâneos que comprometem a preservação do patrimônio edificado.

Após o estudo das fases iniciais da verticalização no bairro, o foco volta-se às dinâmicas socioeconômicas mais recentes ligadas à demanda e à oferta de edificações com degradação arquitetônica pelo mercado imobiliário para atividades que dão suporte ao comércio informal. Há uma sistemática de espaços como depósitos, além das ruas, assim como vendedores ambulantes, pois estes precisam guardar seus carrinhos e mercadorias após cada turno de trabalho. Os vendedores ambulantes se articulam com este mercado de distintas maneiras. Sublocam espaços como imóveis em ruínas, em arruinamento, em estacionamentos, assim como em salas nos pavimentos superiores de imóveis comerciais conservados ou não,

gerando uma economia que favorece a degradação arquitetônica. Observa-se que a dinâmica econômica ao longo da avenida Presidente Vargas é adjacente a um processo de degradação adiantado no interior do bairro da Campina. O convívio entre os dois processos despertou o interesse de pesquisa, bem como para a necessidade de entendimento da relação entre as atividades comerciais e a degradação arquitetônica do lugar. Além dos depósitos para os equipamentos e mercadorias de ambulantes, o uso que mais destruiu o precedente histórico da Campina é o de estacionamento.

O bairro em estudo sobrepõe, atualmente, tanto as características de uma cidade tradicional quanto da cidade contemporânea. De traçado ortogonal, com vias e calçadas na maioria estreitas, atributo da cidade tradicional, onde os pedestres tinham prioridade de circulação, o lugar atualmente abre espaço para a primazia dos automóveis. A sobreposição da cidade contemporânea sobre a tradicional, vista pela lógica da circulação urbana, mostra como a circulação motorizada transforma a paisagem urbana, expressa, no Bairro da Campina, através da demolição de prédios para estacionamentos.

A pesquisa de campo empreendida, ao revelar as dinâmicas socioeconômicas realizadas na principal área comercial de Belém, interessou ao IPHAN quando da discussão aberta sobre a regulamentação de parâmetros urbanísticos para o Centro Histórico e entorno. Durante reuniões realizadas ao longo de 2017, algumas ideias discutidas neste artigo foram relacionadas à normatização de parâmetros para o uso e a ocupação de imóveis do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, tombados pelas três esferas governamentais, nas quais os autores deste trabalho participaram como representantes da Universidade Federal do Pará. Acredita-se que, a partir desta relação, seu conteúdo será útil para as políticas preservacionistas do órgão.

Referências

- BELÉM. Prefeitura Municipal. Manual do Cadastro Técnico Multifinalitário, Belém, 2000.
- CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. O Rio de Janeiro nas alturas. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- CHAVES, Celma. Arquitetura, modernização e política entre 1930 e 1945 na cidade de Belém. Vitruvius, n. 8, 2008a. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.094/161>>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- _____. Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960. Risco-Revista de Pesquisa e Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, SP, p. 145-164, 2008b.
- CHAVES, Celma; SANTOS, Izabella M. S. Percurso da modernização: a arquitetura do “Novo Centro” na Avenida Presidente Vargas em Belém. In: SEMINÁRIO ÍBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 3., 2013, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://lahcablog.files.wordpress.com/2017/02/cc3b3pia-de-a-arquitetura-do-novo-centro-na-avenida-presidente-vargas-em.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.
- CHAVES, Túlio A. P. Vasconcellos. Isto não é para nós? um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- CHAVES, Celma, MIRANDA, Lana. Avenida Presidente Vargas: onde Belém foi mais moderna. Um estudo sobre a verticalização da Avenida Presidente Vargas. In: SEMINÁRIO DE ARQUITETURA MODERNA NA AMAZÔNIA, 1., 2016, Manaus. Anais... Manaus: Arquitetura Moderna na Amazônia, 2016. Disponível em: <https://arquiteturamodernanaamazonia.weebly.com/uploads/7/0/0/22/70024539/artigo_avenida_presidente_vargas_onda_bel%C3%89m_foi_moderna_2_.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.
- COELHO, Andre. Moradia burguesa belenense no período da borracha (1850-1920). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, 2007.
- COLQUHOUN, Alan. Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-87. Tradução de Christiane Brito. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- DUARTE, Cristovão Fernandes. Forma e movimento. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB, 2006.
- GOLD, John. The experience of modernism. Londres: E&FN Spon. 1997.
- GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MELO MIRANDA, Wander (Org). Narrativas da Modernidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999. p. 55-80.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. 17. ed. São Paulo: Loyola. 2008.
- IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL). Propostas para compatibilização da legislação urbanística para o Centro de Belém. Belém, 2017. 52 slides em arquivo PowerPoint.
- LACERDA, Norma. Funcionamento do mercado imobiliário em centros históricos das cidades do Recife, São Luís e Belém. In: SESSÃO LIVRE DO ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 16. 2015, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Espaços, Planejamento & Insurgências, 2015.
- LIMA, Davina Bernardete Oliveira. A percepção dos agentes do mercado imobiliário sobre a preservação e a legislação do centro histórico de Belém. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém, 2015.
- OKANO, Taís Lie. Verticalização e Modernidade: São Paulo 1940 – 1957. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra de. Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização de Belém. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1992.
- PARÁ. Belém da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões postais. 2. ed. Belém: SECULT, 1998.
- PENTEADO, Antônio R. Belém: estudo de geografia urbana. Belém: Editora da UFPA, 1968.
- VIDAL, Celma Chaves Pont. Experiências do Moderno em Belém: construção, recepção e destruição. VIRUS, São Carlos, n. 12, 2016. Disponível em: Disponível em: <<http://143.107.236.240/virus/virus12/?sec=4&item=11&lang=pt>>. Acesso em: 30 Jan. 2018.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999, p. 141-243.
- _____. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.
- WAISMAN, Marina. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- <<http://143.107.236.240/virus/virus12/?sec=4&item=11&lang=pt>>. Acesso em: 30 Jan. 2018.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.
- _____. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.